



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes

ATA**XXI REUNIÃO TÉCNICA****NÚCLEOS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (NETPS) E POSTOS AVANÇADOS DE ATENDIMENTO HUMANIZADO AO MIGRANTE (PAAHMS)****INFORMAÇÕES DA REUNIÃO**

Data: 02 e 03 de dezembro de 2025.

Local: Hotel Kubitschek Plaza SHN, Q. 2 BL E - Asa Norte, Brasília - DF, 70702-904

Horário: 1º dia - 09h00 às 18h15 / 2º dia - 09h00 às 17h00

Fotos e matéria sobre o evento:

- Fotos Flickr MJSP: <https://flic.kr/s/aHBqjCCvVS>
- Fotos CGETP/MJSP: https://drive.google.com/drive/folders/18li03oS8tV2o6zsGePhlDE9Kv0YW0CIX?usp=drive_link
- Matéria ASCOM/MJSP : <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/senajus-promove-encontro-nacional-para-fortalecer-politicas-de-enfrentamento-ao-trafico-de-pessoas-e-contrabando-de-migrantes>

PRIMEIRO DIA (02/12/2025)

A XXI Reunião Técnica da Rede de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante foi aberta pela Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes (CGETP), Sra. **Marina Bernardes de Almeida**, que saudou os(as) Coordenadores(as) dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETPs) e dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHMS), destacando a relevância estratégica do modelo de atuação em rede para a política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, bem como a necessidade de fortalecimento e institucionalização das estruturas estaduais.

Em seguida, o Sr. **Fábio Silva**, Secretário Nacional de Justiça Substituto, cumprimentou os(as) participantes e agradeceu o comprometimento dos representantes dos Núcleos e Postos Avançados com a implementação da política pública de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Ressaltou que, em um país de dimensões continentais como o Brasil, esses atores são fundamentais para assegurar a capilaridade territorial e a efetividade das ações coordenadas pelo CGETP/MJSP.

Na sequência, o Diretor do Departamento de Migrações (DEMIG), Sr. **Victor Sempé**, deu as boas-vindas aos(as) participantes, assinalando que a reunião técnica representa um momento de consolidação e culminância das atividades desenvolvidas ao longo do ano no âmbito do enfrentamento ao tráfico de pessoas. Reafirmou o compromisso do DEMIG com o avanço contínuo nos eixos de prevenção, assistência e repressão, enfatizando a importância de espaços de diálogo e alinhamento como esse, especialmente diante das distintas atribuições e realidades institucionais dos parceiros envolvidos.

A Sra. **Socorro Tabosa**, Oficial Nacional de Projetos da Organização Internacional para as Migrações (OIM), apresentou a atuação da organização no âmbito da temática, enfatizando seu compromisso com o fortalecimento da Rede de Núcleos e Postos Avançados e com o desenvolvimento de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes em todo o território nacional. Na ocasião, apresentou aos(as) participantes os representantes regionais da OIM.

Na sequência, a Sra. **Marcela Ulhoa**, Coordenadora de Programa do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), apresentou a equipe do UNODC e destacou a atuação integrada do Escritório com a OIM, em estreita parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Ressaltou o papel do UNODC como guardião do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Protocolo de Palermo), principal instrumento internacional sobre a matéria. Discorreu, ainda, sobre a importância da integração entre os serviços de atendimento, bem como da adoção de abordagens orientadas por evidências e fundamentadas na proteção dos direitos humanos.

Por fim, a Sra. **Luiza Brunet**, convidada especial, compartilhou relato sobre sua trajetória pessoal e profissional, destacando como suas experiências de vida a motivaram a engajar-se em atividades de voluntariado voltadas à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade. Mencionou que, natural do interior do Mato Grosso do Sul, teve contato direto com os desafios enfrentados por populações migrantes. Informou, ainda, que desde 2022 atua como parceira estratégica da OIM Brasil na campanha “Caminhos Seguros”, iniciativa destinada à conscientização sobre os riscos do tráfico de pessoas, da exploração sexual e do trabalho forçado, tendo apoiado ações de prevenção e comunicação social em diferentes unidades da federação. Ressaltou que sua participação nessas iniciativas contribuiu para o fortalecimento de seu compromisso com a causa e ampliou sua compreensão acerca da importância do engajamento social na promoção e proteção de direitos.

Posteriormente, realizou-se breve apresentação dos representantes dos Núcleos e Postos Avançados e demais presentes e foi feita a leitura da programação para o primeiro dia do evento.

SESSÃO 1 - BALANÇO ANUAL E PERSPECTIVAS PARA 2026

A Sra. Marina Bernardes de Almeida (CGETP) deu início à sessão com apresentação sintética das principais atividades desenvolvidas pela Coordenação-Geral ao longo de 2025, estruturadas nos seguintes eixos (**Anexo 4**):

a) Atuação institucional e cooperação nacional e internacional

No período, a CGETP participou e/ou realizou mais de 400 reuniões técnicas e institucionais. Foram realizadas 16 missões nacionais — incluindo Foz do Iguaçu (2), São Paulo (3), Fortaleza, Curitiba, São Luís, Manaus, Rio Branco, Porto Alegre, Barreirinhas e São Gabriel da Cachoeira — com o objetivo de conhecer as demandas locais, compreender os desafios enfrentados na ponta e fortalecer a articulação com os parceiros territoriais. Ademais, foram realizadas 3 missões internacionais (Moçambique, Equador e Chile).

Atualmente, encontram-se em acompanhamento 11 parcerias e convênios firmados com os estados do Acre, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba e Rio Grande do Sul, bem como com instituições acadêmicas (TED/UFMG, IFSC, UFS e UNIFAP), sendo o último instrumento celebrado recentemente.

No campo da cooperação internacional, foram assinados 3 acordos bilaterais e regionais — com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, com a França e no âmbito do MERCOSUL — voltados ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes. Informou-se, ainda, a expectativa de celebração de novos acordos com países fronteiriços e com países do Sudeste Asiático, como as Filipinas, para os quais foi elaborada minuta-padrão de acordo, pactuada entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a CGETP, a ser adaptada conforme o país parceiro.

b) Capacitações, eventos e publicações

Foram realizadas diversas ações de capacitação, seminários e atividades de mobilização, destacando-se: a capacitação de diplomatas do MRE (curso de remoção); o lançamento do Curso de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no âmbito da Rede SUAS de Capacitação, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) e o OBMigra/UnB; a realização da 11ª Semana Nacional de Mobilização, com o tema “Tráfico de Pessoas é Crime Organizado – Acabemos com a Exploração”; a realização do Seminário Internacional “Tráfico de Pessoas e Crime Organizado”, em parceria com o UNODC; e a capacitação sobre tráfico de pessoas em parceria com o PAAHM/PA, preparatória para a COP30, com apoio da OIM.

No mesmo período, foram elaboradas 6 (seis) novas publicações, entre as quais se destacam o folheto informativo inédito sobre a iniciativa “COP30 sem Tráfico de Pessoas” e o material de referência para o atendimento às vítimas, intitulado **Guia Operativo de Assistência às Vítimas de Tráfico de Pessoas**.

c) Fortalecimento da Rede e do CONATRAP

No âmbito do Plano de Ação 2025–2028, foram iniciadas atividades voltadas ao fortalecimento da Rede de Núcleos e Postos Avançados, tais como a capacitação das equipes sobre captação de recursos, a disponibilização de materiais de campanha, o aprimoramento da disseminação institucional da Rede junto aos atores locais e a intensificação da articulação com o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP). Destacou-se, ainda, a publicação da Portaria MJSP nº 959/2025, em junho, que reestruturou o CONATRAP, ampliando sua representatividade e fortalecendo sua capacidade de coordenação interinstitucional.

d) Produção e análise de dados

Foi lançado o Painel de Dados sobre Tráfico de Pessoas, bem como publicado o Relatório Nacional de Dados sobre Tráfico de Pessoas – 2024. Entre os principais achados, destacaram-se: a predominância de homens entre as vítimas de tráfico para fins de trabalho escravo e de mulheres nos casos de exploração sexual; a elevada vulnerabilidade de migrantes sul-americanos; a persistente invisibilidade de grupos como população LGBTQIA+, indígenas e população negra; o aumento da identificação de vítimas asiáticas; o uso crescente da internet como meio de aliciamento; e a elevada proporção de investigações em contraste com o reduzido número de julgamentos concluídos.

Foram também mencionados avanços institucionais relacionados à ampliação do uso do Protocolo Operativo Padrão de Atendimento às Vítimas Brasileiras do Tráfico Internacional de Pessoas (POP/TIP) e à criação de unidades especializadas de repressão e investigação no âmbito da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF).

e) Chamamento público e participação social

Foi informado o lançamento do Edital nº 1/2025 para seleção de 8 (oito) Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para compor o CONATRAP, reafirmando o compromisso do Ministério da Justiça e Segurança Pública com o fortalecimento da participação social na política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Destacaram-se a transparência, a legitimidade e o rigor técnico do processo seletivo, conduzido pela Secretaria-Executiva do CONATRAP e supervisionado por Comissão Eleitoral especialmente instituída. Ao final, foram selecionadas oito OSCs com atuação consolidada no enfrentamento ao tráfico de pessoas e/ou ao contrabando de migrantes, representativas de diferentes regiões do país, ampliando a diversidade e a capilaridade do Colegiado.

f) Parcerias e projetos de pesquisa

No campo da produção de conhecimento, foi instituído banco de pesquisas sobre tráfico de crianças e adolescentes, com a seleção de 13 (treze) propostas, das quais 3 (três) parcerias já foram formalizadas com o IFSC, a UFS e a UNIFAP.

g) Ações interministeriais

Em agosto, foi apresentado o Programa “Aqui é Brasil”, voltado ao acolhimento humanitário de brasileiros em situação de repatriação forçada. O programa está estruturado em quatro eixos: acolhimento emergencial em aeroportos; apoio à reintegração social e econômica; fortalecimento da governança migratória; e ampliação de parcerias intersetoriais. Os PAAHMs foram destacados como atores estratégicos na execução das atividades de triagem, atendimento e encaminhamento.

h) Monitoramento do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (IV PNETP)

Foi divulgada a conclusão do 1º ciclo de monitoramento do IV PNETP (julho de 2024 a julho de 2025), consolidada em relatório anual. A metodologia adotada compreende a coleta padronizada de dados, a sistematização pela CGETP, a discussão no âmbito do CONATRAP e a publicação do relatório, reforçando a transparência, o planejamento contínuo e o alinhamento federativo das ações até 2028.

i) Perspectivas para 2026

Por fim, foram apresentadas, de forma sucinta, as principais atividades previstas para 2026, dentre as quais se destacam:

- revisão do Protocolo Operativo Padrão de Atendimento às Vítimas Brasileiras do Tráfico Internacional de Pessoas (POP/TIP);
- desenvolvimento de projeto de prevenção ao tráfico de pessoas no contexto dos esportes, em parceria com o IDF/OIM;
- continuidade do monitoramento do IV PNETP e aperfeiçoamento do Painel de Monitoramento;
- aprimoramento das estratégias de prevenção e resposta, com foco em fluxos emergentes e populações em situação de maior vulnerabilidade;
- expansão das cooperações internacionais e fortalecimento da articulação federativa para consolidação da Rede de Núcleos e Postos Avançados.

SESSÃO 2 - DADOS SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS NO CENSO SUAS

A Sra. **Edvânia Freitas de Lima**, Coordenadora-Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS), apresentou panorama nacional sobre o atendimento a vítimas de tráfico de pessoas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com base nos dados do Censo SUAS 2024 e dos Registros Mensais de Atendimento (RMA) de 2025 (**Anexo 5**). Destacou que a política de Assistência Social desempenha papel central na proteção social das vítimas, atuando, sobretudo, por meio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), com foco na acolhida imediata, escuta qualificada, prevenção à revitimização, articulação intersetorial e garantia de acesso a benefícios, serviços e programas socioassistenciais.

Foram apresentados dados que indicam que 320 municípios declararam capacidade de atendimento a vítimas de tráfico de pessoas, com maior concentração de unidades nas regiões Nordeste e Sudeste. Os registros de atendimentos evidenciam a predominância de vítimas adultas, especialmente homens em situações de exploração laboral, enquanto mulheres, meninas e a população negra figuram como principais vítimas nos casos de exploração sexual.

Observou-se, ainda, que municípios de pequeno porte concentram parcela significativa dos atendimentos registrados, o que reforça a capilaridade do SUAS e evidencia a presença do fenômeno do tráfico de pessoas para além dos grandes centros urbanos.

A apresentação abordou, igualmente, as desigualdades regionais e a ocorrência de possíveis subnotificações, sobretudo na Região Norte, bem como fatores estruturais associados a raça, classe e vulnerabilidade socioeconômica. Entre os principais desafios elencados, destacaram-se a:

- subnotificação dos casos;
- fragilidade dos fluxos e das articulações locais;
- elevada rotatividade das equipes;
- integração ainda limitada entre as bases de dados das diferentes políticas públicas; e
- insuficiência de respostas no pós-resgate, especialmente no que se refere à inserção produtiva e ao acesso à moradia.

Ao final, foi reforçada a necessidade de fortalecimento da vigilância socioassistencial, de ampliação das ações de educação permanente e de aprimoramento dos mecanismos de coordenação entre as políticas de Assistência Social, Justiça, Saúde, Trabalho e Segurança Pública.

SESSÃO 3 - SISTEP: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

O painel foi apresentado pela Sra. **Lara Menezes Bezerra Sampaio**, Coordenadora de Gestão da Política e dos Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que expôs os principais aspectos do Sistema de Informações sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes (SISTEP), plataforma desenvolvida pela CGETP/SENAJUS para o registro, a integração e a análise de informações relacionadas ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes em âmbito nacional (**Anexo 6**). Destacou-se que o SISTEP foi concebido como resposta às limitações históricas da política pública, especialmente no que se refere à fragmentação das bases de dados, à ausência de parâmetros comparáveis, à dificuldade de cruzamento de informações e à heterogeneidade das fontes institucionais. Informou-se que o sistema foi desenvolvido a partir da experiência dos usuários, com a adoção de modelo de dados unificado e a realização de testes progressivos junto a unidades da Rede.

Foram apresentadas as funcionalidades da Versão 1 do sistema, que possibilita o registro de casos, vítimas e perpetradores; a geração de painéis analíticos; a elaboração de relatórios; o mapeamento de ações desenvolvidas pela Rede; e o encaminhamento e o compartilhamento de casos entre as unidades envolvidas (NETPs, PAAHMs e CGETP). Também foram explicitadas as funcionalidades ainda não disponíveis nesta etapa, sobretudo aquelas relacionadas à integração automática com bases de dados externas.

A exposição detalhou, ainda, os perfis de acesso e as regras de sigilo adotadas pelo sistema, com a diferenciação de atribuições entre coordenadores, analistas e usuários administrativos, assegurando a rastreabilidade das ações e a proteção de dados sensíveis. Ressaltou-se a importância da contribuição da Rede no reporte de demandas e sugestões de aprimoramento, com vistas ao desenvolvimento contínuo da ferramenta.

Por fim, foram apresentados os próximos passos para a operacionalização do SISTEP, cuja disponibilização está prevista para janeiro de 2026. Informou-se que foram encaminhados ofícios às Secretarias Estaduais e Municipais com o objetivo de validar formalmente os(as) Coordenadores(as) de cada NETP. Após essa validação, os(as) coordenadores(as) deverão encaminhar, por meio eletrônico, a relação de pessoas autorizadas a acessar o sistema, com a indicação dos respectivos perfis de acesso. Cada usuário indicado deverá, obrigatoriamente, firmar Termo de Compromisso, em razão do tratamento de dados sensíveis.

SESSÃO 4 - REAÇÕES EMOCIONAIS DE VÍTIMAS DE TRÁFICO E A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA ATIVA

O painel foi apresentado pela Sra. **Heloisa Greco Alves**, consultora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que abordou os principais impactos emocionais e físicos decorrentes do trauma vivenciado por vítimas do tráfico de pessoas, bem como os fundamentos para a realização de uma escuta qualificada no contexto do atendimento (**Anexo 7**). Foi explicado que o trauma pode ocasionar alterações significativas na memória, na capacidade de concentração, no estado emocional e no comportamento, ressaltando-se que as respostas ao evento traumático variam de pessoa para pessoa, sendo todas consideradas legítimas no âmbito desse processo.

A palestrante destacou a recorrência de sintomas como fadiga intensa, distúrbios do sono, dificuldades cognitivas, sintomas depressivos e/ou ansiosos, além de sentimentos de culpa, humilhação e desconfiança. Enfatizou-se que tais manifestações influenciam diretamente a forma como as vítimas narram os fatos, podendo resultar em relatos fragmentados ou em lacunas de memória, especialmente no que se refere à temporalidade e à contextualização dos eventos.

Ressaltou-se a importância da escuta ativa, fundamentada em postura empática, ausência de julgamentos, respeito aos silêncios e utilização de linguagem clara e acessível. A consultora apresentou, ainda, o Modelo PEACE, amplamente utilizado em âmbito internacional para entrevistas com vítimas, composto pelas etapas de preparação e planejamento; engajamento e explicação; relato; encerramento; e avaliação. O modelo prioriza a criação de ambiente seguro, o estímulo ao relato livre, o uso de perguntas neutras e o fortalecimento da relação de confiança, com vistas à prevenção da revitimização.

A exposição reforçou que a compreensão das reações emocionais associadas ao trauma, aliada à adoção de técnicas adequadas de escuta e entrevista, é elemento essencial para assegurar proteção, acolhimento e maior qualidade das informações produzidas, contribuindo para respostas institucionais mais humanizadas e eficazes.

Ao final do painel, foi realizada atividade em grupo com os(as) participantes, na qual, a partir da análise de casos concretos, foram propostas estratégias para a realização da primeira escuta de vítimas, visando à aplicação prática dos conhecimentos apresentados.

SESSÃO 5 - PANORAMA DO TRÁFICO DE PESSOAS NA REGIÃO NORTE

O painel foi apresentado pela Sra. **Marcela Ulhoa**, Coordenadora do Projeto Tapajós do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), pelo Sr. **Vitor Camargo de Melo**, Oficial do UNODC, e pelo Sr. **Felipe Wunder**, Gerente de Projetos da Organização Internacional para as Migrações (OIM) (Anexo 8). Na ocasião, foram debatidas as vulnerabilidades específicas da Região Amazônica e do Norte do país, com destaque para os impactos do garimpo, a limitada presença do Estado em áreas remotas, os desafios decorrentes das extensas faixas de fronteira e a incidência de violência no meio rural.

Foram analisados os casos **Zé Pereira** e **Fazenda Brasil Verde**, ambos reconhecidos como emblemáticos na discussão sobre exploração e tráfico de pessoas, contribuindo para a reflexão sobre padrões estruturais de violação de direitos humanos na região. Como recurso ilustrativo, foi exibido o curta-metragem *“A Pele do Ouro”*, utilizado para aprofundar a compreensão dos contextos de exploração associados às dinâmicas econômicas e territoriais locais.

No debate subsequente, destacou-se a necessidade de adoção de estratégias territorializadas, do fortalecimento da articulação com os órgãos de fiscalização e da qualificação das ações de prevenção, considerando as especificidades regionais.

Após a exibição do filme, foram registradas manifestações dos(as) participantes acerca da importância de sensibilizar as equipes para o tratamento adequado de casos envolvendo vítimas de tráfico de pessoas, com especial atenção às situações de exploração sexual, de modo a assegurar abordagens qualificadas e centradas na proteção das vítimas.

Em seguida, procedeu-se ao encerramento do primeiro dia da reunião.

SEGUNDO DIA (03/12/2025)

O segundo dia da reunião foi aberto pela Sra. Marina Bernardes de Almeida, que agradeceu a participação ativa da Rede ao longo do primeiro dia e ressaltou a relevância da continuidade dos debates previstos para o encontro. Informou que a programação do dia seria dedicada às sessões temáticas relativas ao tráfico internacional de pessoas, aos fluxos de atuação dos órgãos do sistema de justiça e à assistência a brasileiros retornados, bem como à análise de casos e de instrumentos operacionais da Rede.

Após as considerações iniciais, foi iniciada a Sessão 6, em conformidade com a agenda previamente aprovada.

SESSÃO 6 - TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS: PAPEL DA ASSISTÊNCIA CONSULAR E DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

O painel foi apresentado pelo Sr. **Bruno Pereira Albuquerque de Abreu**, Chefe da Divisão de Assistência Consular (DAC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e pela Sra. **Ana Claudia Tirelli**, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Assistência e Proteção à Vítima de Tráfico de Pessoas da Defensoria Pública da União (DPU) (**Anexo 10**). Na ocasião, foram expostas as formas de atuação conjunta das instituições brasileiras na proteção de vítimas brasileiras exploradas no exterior, bem como de migrantes submetidos a violações de direitos no território nacional.

O representante do MRE destacou o papel da assistência consular na identificação, orientação e encaminhamento de nacionais brasileiros em situação de exploração, ressaltando a articulação com a DPU, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e outros órgãos competentes, com vistas a garantir retorno seguro, proteção integral e acesso a direitos. Enfatizou-se que os casos de tráfico internacional de pessoas, em grande medida, chegam ao conhecimento das autoridades por intermédio dos postos consulares, o que demanda respostas céleres, sigilosas e coordenadas entre as instituições envolvidas. Durante sua exposição, também tirou dúvidas dos presentes com relação aos procedimentos da assistência consular e do mecanismo da repatriação.

Na sequência, a Defensoria Pública da União apresentou sua atuação jurídica especializada antes, durante e após o retorno das vítimas ao Brasil, abrangendo, entre outras medidas, a emissão de declarações de hipossuficiência para fins de repatriação, a prestação de assistência jurídica imediata, a regularização documental, a articulação com a Rede de Proteção — incluindo NETPs, PAAHMs, serviços de saúde, assistência social e órgãos migratórios —, bem como o acompanhamento de providências administrativas e judiciais. Foram apresentados dados relativos a repatriações realizadas, exemplos de casos atendidos e desafios recorrentes, tais como a ausência de fluxos estaduais estruturados, a necessidade de abrigo adequado, a oferta de suporte financeiro emergencial e a disponibilidade de atendimento psicológico especializado.

A apresentação enfatizou que a proteção às vítimas de tráfico internacional de pessoas exige atuação integrada, intersetorial e coordenada, reforçando a centralidade da cooperação entre MRE, DPU, MJSP e a Rede de Núcleos e Postos Avançados para assegurar acolhimento qualificado, prevenção à revitimização e acesso efetivo à justiça.

SESSÃO 7 - O PAPEL DOS NETPs NO FLUXO NACIONAL DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE TRABALHO ESCRAVO

O painel foi apresentado pelo Sr. **André Roston**, Coordenador Geral de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravidão e Tráfico de Pessoas da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que expôs panorama atualizado das ações de fiscalização e dos principais desafios no enfrentamento ao trabalho em condição análoga à de escravo e ao tráfico de pessoas (**Anexo 11**). Destacou o papel institucional da Inspeção do Trabalho no resgate de trabalhadores, na apuração e cobrança de verbas trabalhistas, na emissão do seguro-desemprego especial e na responsabilização de empregadores, em articulação com o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU), no âmbito do Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo.

Foram apresentadas estatísticas recentes que evidenciam o aumento no número de denúncias e a manutenção de elevados índices de resgates, com mais de 68 mil trabalhadores resgatados desde 1995, com forte incidência no meio rural e em setores como a construção civil e a agricultura. Apontou-se, ainda, a baixa proporção de mulheres entre as pessoas resgatadas, o que pode indicar limitações ou vieses institucionais nos processos de identificação dos casos, alertando-se para a persistente invisibilidade do trabalho doméstico explorado, que apresenta marcados recortes de gênero, raça, idade e classe social. Foram também ressaltados os desafios relacionados à articulação com a rede local de proteção, especialmente no que se refere ao encaminhamento imediato das vítimas aos serviços socioassistenciais e de saúde, condição considerada essencial para a prevenção de novas situações de revitimização.

Na exposição das perspectivas estratégicas para o fortalecimento da política pública, destacaram-se a necessidade de aprimoramento dos protocolos de atuação, a garantia de acolhimento adequado às vítimas, a ampliação das parcerias em âmbito estadual e o enfrentamento da marginalização de trabalhadores do sexo, grupo reconhecidamente mais vulnerabilizado a situações de exploração laboral e tráfico de pessoas.

Entre os desafios específicos apontados, foi mencionado o aprimoramento do Sistema Ipê, de modo a possibilitar o cadastramento e a participação de órgãos que atuam na temática, permitindo o acompanhamento mais efetivo dos casos.

SESSÃO 8 – DINÂMICA EM GRUPO

A atividade prevista para esta sessão não foi realizada, em razão da necessidade de encerramento das atividades no horário estabelecido.

SESSÃO 9 - PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NA RESPONSABILIZAÇÃO EM CASOS DE TRÁFICO DE PESSOAS

O painel foi iniciado pelo Sr. **Luciano Aragão**, Procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), que apresentou, de forma objetiva, a atuação prática do MPT no combate ao trabalho em condição análoga à de escravo e sua conexão com o tráfico de pessoas. Destacou o papel do MPT nas operações de resgate, realizadas em articulação com a Inspeção do Trabalho, bem como a requisição de medidas emergenciais de proteção às vítimas, a propositura de ações civis públicas, a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e a responsabilização econômica de empregadores. Ressaltou, ainda, a destinação de recursos oriundos dessas medidas para ações de prevenção e de reintegração social das vítimas.

Na sequência, a Sra. **Stella Scampini**, Procuradora Regional da República e Coordenadora da Unidade Nacional de Enfrentamento ao Tráfico Internacional de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes (UNTC/MPF), apresentou a estrutura de atuação do Ministério Público Federal no enfrentamento ao tráfico internacional de pessoas (**Anexo 13**). Foram descritas as atribuições da UNTC, incluindo a coordenação nacional de investigações, a articulação internacional, o apoio à implementação de políticas públicas e a centralização de dados sobre o fenômeno, conforme detalhado no material apresentado. Destacou-se, ainda, que a persecução penal deve observar princípios como a não revitimização das vítimas, o sigilo processual e o uso adequado de instrumentos jurídicos, a exemplo da colaboração premiada, da aplicação de medidas cautelares e da inclusão de vítimas em programas de proteção.

O painel reforçou que o enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas demanda atuação integrada entre o MPT, o MPF, as forças de segurança pública e a rede de proteção, com especial destaque para o papel dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETPs) e dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHMs), de modo a assegurar acolhimento qualificado às vítimas, responsabilização dos autores e o fortalecimento contínuo das políticas públicas de prevenção e assistência.

SESSÃO 10 - PROGRAMA "AQUI É BRASIL" - MDHC/ OIM (ANEXO 14)

O painel foi apresentado pela Sra. **Fernanda Becker**, Coordenadora de Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), e pelas representantes da Organização Internacional para as Migrações (OIM), Sras. **Marina Faleiro** e **Thais Senra**. A exposição tratou da **Operação de Recepção Humanizada de Retornados Forçados**, inserida no Programa *"Aqui é Brasil"*, iniciativa multisetorial coordenada pelo MDHC e executada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), o Ministério da Saúde (MS), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Polícia Federal.

As expositoras destacaram que a operação tem por objetivo assegurar acolhimento humanitário, proteção integral de direitos e apoio à reintegração social e econômica de brasileiros deportados ou removidos compulsoriamente, em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos. Foram apresentados dados relativos ao aumento do número de voos de deportação, relatos de violações de direitos identificadas nesses contextos e a consequente necessidade de respostas coordenadas e articuladas por parte do Estado brasileiro.

A Organização Internacional para as Migrações apresentou seu papel no apoio técnico-operacional à operação, enfatizando ações de triagem, atendimento psicossocial, fornecimento de kits de higiene e alimentação, articulação logística para o retorno às cidades de origem e elaboração de materiais de referência voltados à prevenção do tráfico de pessoas e do contrabando de migrantes. Destacou-se, ainda, a relevância do fortalecimento das capacidades locais, da gestão de fronteiras e da proteção de migrantes em situação de vulnerabilidade, incluindo potenciais vítimas de tráfico de pessoas.

O painel reforçou a importância da cooperação entre o governo federal e os organismos internacionais para assegurar atendimento humanizado, qualificado e eficiente às pessoas retornadas, bem como para consolidar estratégias de prevenção e resposta a violações de direitos relacionadas ao tráfico de pessoas.

ENCAMINHAMENTOS

Por fim, destacam-se como os principais encaminhamentos que surgiram ao longo da reunião:

Encaminhamentos	Responsável
Encaminhar a Ata da XXI Reunião Técnica da Rede de Núcleos e Postos Avançados, acompanhada dos respectivos anexos, aos(às) participantes.	CGETP
Disponibilizar aos NETPs e PAAHMs os materiais de apresentação utilizados nos painéis técnicos, para fins de disseminação interna e capacitação das equipes locais.	CGETP
Dar seguimento ao processo de validação dos(as) Coordenadores(as) dos NETPs para fins de acesso ao SISETP, bem como orientar sobre os procedimentos para cadastramento de usuários e assinatura dos Termos de Compromisso.	CGETP
Estimular os NETPs e PAAHMs a reportarem sugestões de aprimoramento do SISETP, após sua disponibilização, visando ao aperfeiçoamento contínuo da ferramenta.	CGETP, NETPs e PAAHMs
Compartilhar com a Rede informações atualizadas sobre os pontos focais estaduais e federais de combate ao trabalho em condição análoga à de escravo, após consolidação das informações pelo MTE.	CGETP
Compartilhar com a Rede informações atualizadas sobre os pontos focais estaduais da OIM.	CGETP
Fortalecer, em âmbito estadual, a articulação entre NETPs, SUAS, órgãos de justiça, saúde, trabalho e segurança pública, com vistas à qualificação dos fluxos de atendimento e à prevenção da revitimização das vítimas.	NETPs e PAAHMs
Sensibilizar e capacitar as equipes locais para a adoção de práticas de escuta qualificada e abordagem centrada na vítima, especialmente em casos de tráfico internacional e exploração sexual.	NETPs e PAAHMs
Realizar a avaliação da XXI Reunião Técnica por meio de formulário eletrônico, visando ao aprimoramento das próximas edições (Anexo 16).	NETPs e PAAHMs
Enviar a Cartilha de Informações Financeiras para Migrantes e Refugiados, incluindo orientações sobre abertura de conta bancária.	CGETP

Os encaminhamentos acima reforçam o compromisso das instituições participantes com o fortalecimento da atuação em rede, a qualificação dos fluxos de atendimento e a consolidação de respostas integradas, baseadas em evidências e centradas na proteção das vítimas de tráfico de pessoas e do contrabando de migrantes.

Nada mais havendo a discutir, foi encerrada a reunião.

assinatura eletrônica

MARINA BERNARDES DE ALMEIDA

Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes

ANEXOS

- Anexo 1 - Programação Final - (SEI nº 33981041);
- Anexo 2 - Lista de Presença 02/12/2025 (SEI nº 33981057);
- Anexo 3 - Lista de Presença 03/12/2024 (SEI nº 33981070);
- Anexo 4 - Sessão 1: Balanços e Perspectivas da CGETP para 2026 (SEI nº 33981588);
- Anexo 5 - Sessão 2: Dados sobre o Tráfico de Pessoas no Censo SUAS (SEI nº 33981612);
- Anexo 6 - Sessão 3: SISEP - Sistema de Informações de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SEI nº 33981626);
- Anexo 7 - Sessão 4: Reações Emocionais de Vítimas de Tráfico e a Importância da Escuta Ativa (SEI nº 33981633);
- Anexo 8 - Sessão 5: Panorama do Tráfico de Pessoas na Região Norte (SEI nº 33986399);
- Anexo 9 - Sessão 6: Tráfico Internacional de Pessoas: Papel da Assistência Consular (SEI nº 33981644);
- Anexo 10 - Sessão 6: Tráfico Internacional de Pessoas: Papel da Defensoria Pública da União (SEI nº 33981712);
- Anexo 11 - Sessão 7: O papel dos NETPs no Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo (SEI nº 33981735);
- Anexo 12 - Sessão 8: Desafios no atendimento e referenciamento de vítimas de tráfico de pessoas - Dinâmica CGETP (SEI nº 33981769);
- Anexo 13 - Sessão 9: O papel do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho na responsabilização em casos de Tráfico de Pessoas (SEI nº 33981841);
- Anexo 14 - Sessão 10: Programa "Aqui é Brasil" - MDHC (SEI nº 34033327);
- Anexo 15 - Sessão 10: Programa "Aqui é Brasil" - OIM (SEI nº 33982024);
- Anexo 16 - Formulário de Avaliação da Reunião (SEI nº 33982232); e
- Anexo 17 - Cartilha de Informações Financeiras para Migrantes e Refugiados (SEI nº 34017041).



Documento assinado eletronicamente por **MARINA BERNARDES DE ALMEIDA**, Coordenador(a)-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes, em 12/12/2025, às 16:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **33979919** e o código CRC **7BF73520**. O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

